



**Poder Judiciário do Maranhão
Tribunal de Justiça**

CLIPPING IMPRESSO

23/02/2016

INDICE

1. JORNAL ESTADO DO MARANHÃO	
1.1. JUÍZES.....	1
1.2. PRESIDÊNCIA.....	2
2. JORNAL O IMPARCIAL	
2.1. JUÍZES.....	3
2.2. PRESIDÊNCIA.....	4
3. JORNAL O PROGRESSO	
3.1. CONVÊNIOS.....	5 - 6
3.2. JUÍZES.....	7
4. JORNAL O QUARTO PODER	
4.1. JUÍZES.....	8 - 9
4.2. VARA CRIMINAL.....	10
5. JORNAL PEQUENO	
5.1. DECISÕES.....	11
5.2. JUÍZES.....	12 - 13
5.3. PRESIDÊNCIA.....	14

Comissão defende direitos de advogados no interior

Representantes da OAB/MA foram aos municípios de Tuntum e Pio XII dar orientação a profissionais da área e conhecer as dificuldades enfrentadas pela categoria no exercício da advocacia no estado

A Comissão de Defesa das Prerrogativas dos Advogados, coordenada pelo vice-presidente da seccional maranhense da OAB, Pedro Augusto Souza de Alencar, visitou os municípios de Tuntum e Pio XII e orientou profissionais

da região de São Domingos e Colinas sobre como atuarem em prol dos seus direitos. Além dessas cidades, a comissão esteve presente também nas posses dos presidentes das subseções de Barra do Corda e Presidente Dutra.

Em Tuntum, o presidente da OAB/MA, Thiago Díaz, e Pedro de Alencar, visitaram o magistrado da 1ª Vara da Comarca de Tuntum, Edmilson da Costa Lima, acompanhados do conselheiro estadual José Fillipy Andrade Gonçalves. Na

reunião, discutiram a adoção de alguns procedimentos pela comarca que impactavam na contratação de advogados da região, revertendo a situação para o profissional em advocacia sem prejuízo para a sociedade.

O juiz solicitou ao presidente da OAB/MA a relação de advogados por regiões aptos a prestarem serviços como defensores dativos. "Facilita e assegura ainda mais o tra-

Comissão fez visita ao MP e ao Judiciário

balho já termos essa relação indicada pela própria Ordem", explicou. Thiago Díaz informou ao magistrado que o documento está sendo preparado para disponibilizar em todo o território maranhense.

Em Pio XII, Pedro de Alencar conversou com a representante do Ministério Público local para alinhar o acesso de advogados aos processos que tramitam naquela comarca. "Defendemos uma atividade preventiva, na base do diálogo e estreitando as relações com instituições como o Judiciário e o Ministério Público", enfatizou Alencar.

Outra situação foi relatada à Comissão de Defesa das Prerrogativas por advogados de Colinas. Eles denunciaram a propaganda excessiva de advogados de outras regiões naquele município. Um documento relatando essas ações será entregue aos representantes da OAB. ●

Posse

Se tirar mesmo licença, André Fufuca abre espaço na Câmara Federal para o primeiro suplente da coligação, Ildon Marques (PMN), pré-candidato a prefeito de Imperatriz.

Seria uma forma, também de ajudar o aliado na disputa pela prefeitura do segundo maior colégio eleitoral do estado, embora Fufucanão admita isso.

Em São Luís, o novo coordenador já esteve com o governador Flávio Dino (PCdoB), com o presidente da Assembleia, Humberto Coutinho (PDT) e com o presidente do TJ, desembargador Cleones Cunha.



Regularização Fundiária

A solenidade do Projeto de Regularização de Posse Fundiária nas comunidades carentes de São Luís, que beneficiou 97 moradores da Vila Luizão, Divineia e Sol e Mar, contou com a presença de autoridades do Poder Judiciário, com a Juíza Luzia Neponucena, o doutor Ricardo da Silva Gonçalves, oficial interino do Cartório da 1ª Zona de Registros de Imóveis, além de entidades religiosas e da sociedade civil organizada. A regularização fundiária tem um procedimento previsto legalmente nas legislações do Minha Casa, Minha Vida e pelo Instituto das Cidades, sendo complementada em lei, pelo provimento da Corregedoria Estadual de 2015, onde estão previstas as cláusulas. O documento de interesse social é gratuito e disponibilizado para as famílias de baixa renda e que recebem até cinco salários mínimos, destacou o doutor Ricardo da Silva Gonçalves.

VISITA

Cleones recebe líder da bancada

No fim da manhã de ontem, o presidente do Tribunal de Justiça do Maranhão (TJMA), desembargador Cleones Cunha, recebeu a visita do deputado federal André Fufuca (PEN-MA), escolhido na última semana como líder da bancada maranhense no Congresso Nacional. Também participou do encontro o desembargador Antônio Bayma Araújo.

Já no início da reunião, o deputado federal André Fufuca colocou-se à disposição do Judiciário e mostrou-se simpático a discutir os problemas enfrentados, que podem receber apoio da bancada do Maranhão. “Estamos à disposição, em Brasília, para atendê-los e trabalharmos pelo que for necessário em prol do nosso estado”, disse o parlamentar.

Indagado sobre as questões que poderiam ser trabalhadas com a bancada, o presidente da Corte apresentou duas preocupações: a obra do novo fórum de Imperatriz, que precisa ser terminada para atender às demandas da região; e a implantação efetiva e completa do Processo Judicial Eletrônico (PJE), no Judiciário maranhense.



O deputado Fufuca foi recebido por desembargadores Cleones e Bayma

Preocupação

“São duas questões que me preocupam porque são projetos que demandam recursos e estamos numa situação orçamentária delicada. O fórum de Imperatriz é uma obra que demanda investimentos e que é mais dispendiosa se parar; e a implantação do PJE é uma necessidade e uma forma de otimizar os recursos do Judiciário, mas que nesta fase de implantação, também torna-se mais custosa”, explicou o presidente do TJMA.

Com o objetivo de sensibilizar e demonstrar os problemas enfrentados pelo Judiciá-

rio, o deputado André Fufuca comprometeu-se a marcar uma reunião do desembargador Cleones Cunha com a bancada maranhense, no Congresso, para que seja feita uma exposição dos projetos, além das possibilidades que os deputados e senadores poderiam auxiliar, por exemplo, com a destinação de uma emenda de bancada.

“Fique certo de que irei fazer essa exposição, na data oportuna. Marque, que eu vou. No mais, também estamos à disposição para ouvi-lo e recebê-lo quando for preciso”, completou o presidente da Corte maranhense.



São duas questões que me preocupam porque são projetos que demandam recursos e estamos numa situação orçamentária delicada. O fórum de Imperatriz é uma obra que demanda investimentos e que é mais dispendiosa se parar; e a implantação do PJE é uma necessidade e uma forma de otimizar os recursos do Judiciário, mas que nesta fase de implantação, também torna-se mais custosa

Cleones Cunha,
presidente do TJ

I Feirão Imobiliário da Região Tocantina é lançado

A ação, realizada no auditório da FIEMA, reuniu imobiliárias, corretores e construtoras que estarão presentes no evento que acontecerá de 07 a 09 de abril, no Imperial Shopping



O vice-presidente da FIEMA, Sales Alencar; o prefeito de Imperatriz, Sebastião Madeira; o secretário de indústria e Comércio, Simplício Araújo; o presidente do Sinduscon Oeste e MA, Fábio Nahuz

O Sindicato das Indústrias de Construção Civil do Maranhão (Sinduscon do Oeste), em parceria com o Sinduscon/MA, o Governo do Estado, a FIEMA e a Prefeitura de Imperatriz, realizou na manhã dessa segunda (22/02), no auditório da Federação das Indústrias do Estado do Maranhão (FIEMA), em Imperatriz, o lançamento do I Feirão Imobiliário da Região Tocantina. Na oportunidade, estiveram presentes o prefeito de Imperatriz, Sebastião Madeira; o secretário de Estado da Indústria e Comércio, Simplício Araújo; o vice-presidente da FIEMA, Sales Alencar; o presidente do Sinduscon-MA, Fábio Nahuz, e do presidente do Sinduscon do Oeste, João Neto Franco.

“É um momento importante para fomentar a cadeia produtiva do Estado. Na verdade, essa ação é de suma importância para todos que fazem parte da construção civil, por se tratar de um marco com essa união de forças para alavancar a economia e o setor na cidade. Entendemos que o momento pelo qual passamos, se não houver um conjunto de forças, não tem como avançarmos”, destacou o presidente do Sindicato das Indústrias de Construção Civil (Sinduscon do Oeste), João Neto Franco.

Durante a ação, foram comentadas as vantagens do Feirão, bem como os objetivos. O I Feirão Imobiliário da Região Tocantina será realizado nos dias 07, 08 e 09 de abril, na praça de eventos do Imperial Shopping, e reunirá construtoras, imobiliárias e corretores. Serão montados cerca de 40 estandes, onde as empresas participantes apresentarão seus lançamentos, com opções de edificações na planta e em construção, terrenos e casas em condomínios ou loteamentos, em diversas regiões do município.

Segundo o prefeito de Imperatriz, Sebastião Madeira, essa união de forças trará benefícios para a cidade, à classe empresarial e também para quem deseja adquirir seu imóvel. “Entendemos que o momento pelo qual temos passado requer soluções e saídas para movimentar a economia, gerar emprego e renda. A saída para as crises, sejam elas quais forem, são ações, e esse é um importante passo em busca de oportunidade para adquirir a casa própria, bem como gerar oportunidades para o setor da construção civil, que muito



Fotos: Divulgação

Proprietários de imobiliárias, construtores e corretores durante o lançamento do I Feirão Imobiliário de Imperatriz

contribui com a economia de Imperatriz, portanto parabeno a todos os envolvidos pela iniciativa”.

Um dos diferenciais do feirão é a parceria estabelecida com o Governo do Estado, Prefeitura de Imperatriz, Tribunal de Justiça, Cartórios e Agentes Financiadores com o objetivo de proporcionar descontos nos valores dos imóveis negociados nos três dias do evento. Ao todo, devem ser ofertados cerca de 20 mil imóveis, localizados em Imperatriz.

O secretário de Estado de Indústria e Comércio, Simplício Araújo, garante que o governo do Estado dará todo o apoio necessário para realização do Feirão Imobiliário. “Desde que fomos provocados, tivemos apoio do governador para mobilizar nossas secretarias e darmos total apoio para essa iniciativa. Este ano não sinaliza positividade para o setor da construção civil e o governador entende que precisamos estar juntos e apoiar essas iniciativas. O Sinduscon fez algo importante ao tirar da palavra crise o s, gerando a palavra crie, e é com esse otimismo que eu não tenho dúvidas que todos os envolvidos serão beneficiados. É uma oportunidade de adquirir imóveis de forma diferenciada e com inúmeras vantagens de mercado”.

O Feirão Imobiliário da Região Tocantina é um projeto de muito sucesso em São Luís e que agora será realizado em Imperatriz. “A partir de agora, teremos outras reuniões mais técnicas para falar da estrutura da feira e distribuir o manual técnico da mesma. A exemplo de São Luís, acreditamos que aqui também teremos números expressivos, pois na capital durante dois dias de feira, fizemos cerca de 4123 negócios e movimentamos cerca de 500 milhões de reais. E aqui esperamos ter um número aproximado desse”, finalizou o presidente do Sinduscon Maranhão, Fábio Nahuz.

Durante o feirão, as construtoras oferecerão desconto de 5 a 20% dependendo do valor do imóvel negociado. Além disso, os compradores poderão contar com a isenção do ITBI (Imposto sobre a Transição de Bens e Imóveis), e de opções de financiamento por meio de bancos participantes, entre eles Banco do Brasil, Caixa Econômica e Bradesco. A expectativa é que durante o período seja movimentado cerca de meio milhão de reais.

Lançado o I Feirão Imobiliário

Lei de isenção do ITBI facilitará aquisição de imóveis em Imperatriz P7c1

Divulgação/Ascom

MP lança projeto "Ler, escrever e pensar" em João Lisboa nesta terça-feira

Estimular a leitura, a produção textual e o pensamento crítico, nas redes públicas estadual e municipal, é o objetivo do projeto "Ler, escrever e pensar – Conscientizar para transformar", elaborado pela 2ª Promotoria de Justiça da Comarca de João Lisboa, que será lançado nesta terça-feira, 23, às 9h, na quadra de esportes Nicolau Dino, localizado no centro do referido município.

Formulado pela promotora de justiça Maria José Lopes Corrêa, o projeto tem como público-alvo alunos do 9º ano do ensino fundamental (municipal) e de todo o ensino médio (estadual). Ao todo, 20 escolas das zonas rural e urbana de João Lisboa participarão das atividades, que vão ser desenvolvidas até o mês de maio.

Do Ministério Público do Maranhão, estarão presentes na solenidade de abertura, além da promotora de justiça coordenadora do projeto, a procuradora-geral de justiça, Regina Lúcia de Almeida Rocha, e a ouvidora Rita de Cássia Maia Baptista Moreira.

No evento, está programada palestra com o juiz Márlon Reis, autor do livro "O Nobre Deputado", que será adotado como uma das

fontes de pesquisa dos estudantes.

O juiz Márlon Reis é um dos idealizadores da Lei da Ficha Limpa e é referência internacional pelo seu trabalho de combate à corrupção. Na obra, o autor cria um personagem, um político corrupto, que conta como acontece a corrupção nos bastidores da política brasileira. A ideia do projeto é fomentar nas salas de aula debates sobre democracia, compra de votos, financiamento de campanhas e combate à corrupção.

No final do projeto, os alunos envolvidos vão produzir uma redação, com no mínimo 90 linhas, sobre os temas abordados no livro. Serão es-

colhidos os três melhores trabalhos de cada escola e, posteriormente, uma equipe de professores indicados pelo Ministério Público do Maranhão, escolherá os nove melhores textos dos ensinos fundamental e médio.

Sobre o projeto, a promotora de justiça Maria José Lopes Corrêa afirmou: "As informações trazidas pelo livro afetam a nossa comodidade, nos suscitam à inquietação com a nossa realidade social e política. E é isto que o projeto objetiva: motivar entre os estudantes o conhecimento, a informação, a participação política e a busca por mudança da realidade". (CCOM-MPMA)



**Maranhão Contra
a Corrupção
já conta com a
participação de
45 unidades
judiciais**



Pág - 3

Maranhão Contra a Corrupção já conta com a participação de 45 unidades judiciais

O mutirão de julgamentos do Maranhão Contra a Corrupção será realizado de 7 a 18 de março em 45 unidades judiciais de todo o Estado. Durante o período, o movimento espera julgar mais de 100 ações de improbidade administrativa contra gestores e ex-gestores públicos.

O movimento Maranhão Contra a Corrupção é uma ação idealizada por juízes e promotores de Justiça do Estado do Maranhão convencidos de que o combate à corrupção é uma importante medida de prevenção a violações de Direitos Humanos. Além de buscar a responsabilização de gestores por atos de improbidade na gestão de recursos públicos, o grupo também concentra esforços em trabalhos e medidas de prevenção.

A prevenção é realizada com atos que privilegiem valores morais e éticos, transparência e a prestação de contas. Nesse quesito a atuação do grupo consiste na elabo-

ração, execução e colaboração em projetos institucionais e sociais voltados à plena eficácia dos mecanismos de prevenção da corrupção.

De acordo com o juiz titular da comarca de Urbano Santos, Samir Mohana, a ação inicial consiste sempre nos trabalhos de prevenção e sensibilização para a utilização responsável dos recursos públicos. "Entretanto, sempre que falharem os mecanismos de prevenção, as energias do grupo se voltarão às medidas de responsabilização dos gestores ímprobos", completou o magistrado.

O processamento das ações cíveis ou criminais que serão julgadas já ocorre nas diversas unidades judiciais do Estado. Os direitos dos acusados ao contraditório e ampla defesa estão sendo respeitados. Para Mirella Freitas, juíza titular da 2ª Vara da comarca de Itapecuru-Mirim, o movimento, no entanto, tem a preocupação de não descuidar da

necessária celeridade e rigor contra atos que visem, exclusivamente, o adiamento no julgamento dessas ações.

Já confirmaram a participação no mutirão as Varas Únicas das comarcas de: Amarante do Maranhão; Anajatuba; Arame; Araíoses; Barão de Grajaú; Bequimão; Bom Jardim; Colinas; Cantanhede; Cururupu; Dom Pedro; Governador Nunes Freire; Joselândia; Magalhães de Almeida; Maracáçumé; Monção; Montes Altos; Morros; Paraibano; Raposa (Termo da Comarca da Ilha); São Bento; São Bernardo; Senador La Roque; Tutóia e Urbano Santos.

As 1ª Varas Cíveis de Açailândia; Bacabal; Barra do Corda; Coelho Neto; Estreito; João Lisboa; Lago da Pedra; Paço do Lumiar; Pedreiras; Santa Helena; Santa Luzia; Santa Quitéria; Santa Inês e Zé Doca também irão participar. A 2ª Vara Cível de Estreito; a Vara da Fazenda Pública de Imperatriz;

Interesses Difusos e Coletivos de São Luís e as três Varas da comarca de Itapecuru-Mirim também já enviaram processos para julgamento.

AÇÕES - como primeiras medidas serão realizados seminários voltados à qualificação cada vez maior dos agentes do sistema de Justiça que atuam na investigação, processamento e julgamento de ações civis e/ou penais relativas à corrupção. O primeiro acontece de 02 a 04 de março de 2016 na ESMAM. Em seguida, será realizado mutirão de julgamentos das ações penais e de improbidade movidas contra gestores e ex-gestores no período de 7 a 18 de março de 2016. O Tribunal de Justiça, a Corregedoria Geral da Justiça, Procuradoria Geral de Justiça, Escola da Magistratura do Maranhão, Escola do Ministério Público e as associações de classe da Magistratura e Ministério Público apoiam o movimento.

Acusado de assassinato será julgado em Joselândia nesta terça-feira

Uma sessão do Tribunal do Júri está agendada para esta terça-feira (23) na Comarca de Joselândia. No banco dos réus, Antônio Raimundo Lopes, acusado de crime de homicídio praticado contra Severino José da Silva. O julgamento vai acontecer na Câmara de Vereadores e será presidido pelo juiz Bernardo Luiz Freire, titular da comarca, tendo na acusação o promotor João Viana.

Consta na denúncia que o crime ocorreu em 17 de maio de 2015, na localidade Sapucaia, zona rural de Joselândia. Segue no documento: “de acordo com relatos das testemunhas, a vítima e o acusado já tinham uma desavença, e na ocasião o assassino já ébrio, começou uma discussão com a vítima. Durante a dis-

cussão o assassino desferiu um ‘tapa’ no rosto da vítima, e correu”. Ato contínuo, a vítima ainda tentou alcançá-lo para revidar, mas não conseguiu.

Antônio Lopes pegou uma motocicleta e foi até sua casa, retornando minutos depois portando uma arma de fogo. De imediato, o acusado disparou, atingindo o peito de Severino, que morreu instantaneamente. Antônio Raimundo Lopes foi preso logo após o crime e encontra-se atualmente na Delegacia Regional de Polícia Civil de Presidente Dutra.

Esse é o segundo júri na comarca nos últimos quatro meses. Em novembro passado, o magistrado presidiu a sessão que julgou Sebastião Roque dos Santos, acusado de prática de duplo homicídio.

Assassinato de jovem em São Luís

PM confessa crime e outro militar é preso e condenado por engano

O assassinato de um jovem, ocorrido em São Luís em janeiro de 1993, está ocasionando uma embaraçosa situação nos bastidores do Poder Judiciário do Maranhão. Na semana passada, um policial militar – o soldado Luís Raimundo Ribeiro – confessou ser autor do homicídio praticado há 23 anos, e que teve como vítima um rapaz identificado como Armando Bispo, morto a tiro, no bairro do Coroadinho. Um outro policial militar, condenado por engano em razão deste crime, continua preso no quartel do Comando Geral da Polícia Militar, no Calhau, e está na iminência de ser encaminhado para a Penitenciária de Pedrinhas.

A denúncia é do advogado Mozart Baldez que, na noite de ontem, em contato com a reportagem do **Jornal Pequeno**, disse que, por conta de um erro do Judiciário maranhense, o sargento Paulo Sérgio Rodrigues dos Santos foi condenado a nove anos e seis meses de reclusão em regime fechado. O crime aconteceu na madrugada de 17 de janeiro de 1993, nas imediações do Clube Simplesmente Maria, no bairro do Coroadinho.

Segundo Mozart Baldez, dez meses após o crime, o tenente Brito, na condição de presidente de um inquérito policial militar, acusou o sargento Paulo Sérgio como autor do homicídio, embora na época tenha havido um depoimento no qual o soldado Menezes, do 1º Batalhão, dizia que fora o soldado Ribeiro verdadeiro autor deste crime.

Na condição de defensor dativo, o advogado Mozart Baldez ingressou com recurso de apelação ao Tribunal de Justiça, arguindo que Paulo Sérgio foi condenado contra as provas dos autos, porque surgira o autor confesso do crime: o soldado PM Luís Raimundo Ribeiro. De acordo com relato de Mozart Baldez, o relator do processo, desembargador José Bernardo, disse no dia do julgamento ao sustentar o seu voto, na Câmara Criminal,

que aquele depoimento em que Ribeiro confessava o crime não tinha nenhum valor jurídico, porque não tinha carimbo e timbre da corporação. E ao final a pena imposta pelo Júri foi mantida por unanimidade pela Câmara Criminal.

Com esta decisão, vários foram os recursos feitos ao STJ e ao STF, até o trânsito em julgado da sentença, sem que os tribunais superiores apreciassem o mérito de quem efetivamente matou Armando Bispo.

No dia 13 de janeiro de 2016, Paulo Sérgio foi preso por determinação da 2ª Vara do Júri de São Luís, para o cumprimento da pena. O advogado Mozart Baldez recorreu mediante ingresso com revisão criminal ao TJMA, arguindo que Paulo Sérgio foi condenado contra as provas dos autos e que, após a sentença transitado em julgado, ocorreram fatos novos que apontam que quem matou Armando Bispo não foi Paulo Sérgio, e sim o soldado Ribeiro.

Neste sentido, o advogado juntou no processo o depoimento do sargento Wellington Veloso, atualmente lotado no 6º Batalhão, que em depoimento dissera que todo o 6º Batalhão da época sabia que quem assassinou Armando Bispo foi o soldado Ribeiro e não Paulo Sérgio.

A revisão criminal foi distribuída para o desembargador relator Vicente de Paula Gomes Castro, tendo sido relatados todos os fatos e ao final foi pedido ao desembargador que pusesse em liberdade Paulo Sérgio, liminarmente, por estar preso ilegalmente e que fossem feitas diligências no sentido de ouvir vários militares, incluindo o sargento Wellington, o tenente Brito e o autor do crime, soldado Ribeiro. No entanto, o desembargador Vicente de Paula indeferiu a liminar, mantendo Paulo Sérgio preso e indeferindo também as diligências requeridas, como a oitiva do verdadeiro autor do assassinato.

CONFISSÃO DO CRIME

Na quinta-feira passada (18 de fevereiro), por volta de 19 horas, após localizar o telefone do soldado Ribeiro, o advogado Mozart Baldez fez uma ligação via celular para o PM, tendo este mais uma vez confessado o crime, afirmando que aquele depoimento prestado na presença do à época do tenente Brito, hoje major, é verdadeiro e finalmente disse que no dia do crime Paulo Sérgio estava de serviço e que ele – soldado Ribeiro – foi quem efetuou um disparo com seu revólver calibre 38, que levou Armando Bispo a óbito.

O soldado Ribeiro acrescentou que naquele dia estava se divertindo no Clube Simplesmente Maria, quando por volta de 3h40 da madrugada faltou energia elétrica no local e quando ele se deslocou para sua residência deparou-se com a vítima, que estava com uma faca e diante da escuridão e achando que seria assaltado, efetuou o disparo, vindo somente no dia seguinte saber que a vítima tratava-se de Armando Bispo. O advogado Mozart Baldez declarou que “este problema era para ter sido resolvido por ocasião do julgamento da apelação, se não fosse a equivocada a posição do relator José Bernardo que inusitadamente agiu como se fosse perito, ao invés de julgador quando questionou a autenticidade do depoimento do soldado Ribeiro, votando mesmo assim para que um inocente fosse condenado”.

Mozart Baldez frisou ainda que “bastava o relator da revisão criminal, desembargador relator Vicente de Paula, dispensar sete minutos e vinte segundos de sua vida para ouvir o relato do verdadeiro autor do crime. No entanto, abalroou o direito do inocente condenado provar sua inocência”. O advogado Mozart afirmou que, agora, prepara uma série de providências jurídicas para assegurar a soltura de Paulo Sérgio, inocentemente condenado e levado à cadeia.

Livro ‘O Nobre Deputado’ é utilizado em projeto de educação política de estudantes

De fevereiro a maio deste ano, o projeto “Ler, Escrever e Pensar – Conscientizar para Transformar” vai instigar alunos da rede pública de ensino do município de João Lisboa (MA) a desenvolver o pensamento crítico sobre o papel do indivíduo como instrumento de transformação social, utilizando como apoio pedagógico o livro “O Nobre Deputado”. A solenidade de lançamento do projeto acontece hoje (23), às 9h, no Ginásio de Esportes Nicolau Dino, na Av. Imperatriz, Centro de João Lisboa (MA), com participação e palestra do juiz de Direito Márlon Reis. O livro a ser utilizado no projeto, “O Nobre Deputado”, é de autoria de Márlon Reis, um dos idealizadores da Lei da Ficha Limpa, conhecido internacionalmente pelo seu trabalho no combate à corrupção. Na obra, o autor dá vida a um personagem fictício, chamado de Cândido Peçanha, que encarna ele próprio as condutas de

políticos corruptos e explica os meandros da política brasileira. Dessa forma, as salas de aula serão palanque para debates com temas como democracia, compra de votos, financiamento de campanhas e combate à corrupção.

“Fico feliz com o uso do meu livro para debate com jovens estudantes. Ele foi pensado para isso mesmo: provocar debates e levar os leitores a assumir uma posição diante da política”, disse o juiz.

MPE

A iniciativa é do Ministério Público do Maranhão, por meio da 2ª Promotoria de Justiça de João Lisboa e envolverá 20 escolas públicas do município. O material de estudo será distribuído em toda a rede pública de ensino e, após período estabelecido, os alunos deverão produzir uma redação individual de até 90 linhas.

Maranhão Contra a Corrupção já conta com a participação de 45 unidades judiciais

O mutirão de julgamentos do Maranhão Contra a Corrupção será realizado de 7 a 18 de março em 45 unidades judiciais de todo o Estado. Durante o período, o movimento espera julgar mais de 100 ações de improbidade administrativa contra gestores e ex-gestores públicos. O movimento Maranhão Contra a Corrupção é uma ação idealizada por juízes e promotores de Justiça do Estado do Maranhão convencidos de que o combate à corrupção é uma importante medida de prevenção a violações de Direitos Humanos. Além de buscar a responsabilização de gestores por atos de improbidade na gestão de recursos públicos, o grupo também concentra esforços em trabalhos e medidas de prevenção. A atuação do grupo consiste na elaboração, execução e colaboração em projetos institucionais e sociais voltados à plena eficácia dos mecanismos de prevenção da corrupção. De acordo com o juiz titular da comarca de

Urbano Santos, Samir Mohana, a ação inicial consiste sempre nos trabalhos de prevenção e sensibilização para a utilização responsável dos recursos públicos. O processamento das ações cíveis ou criminais que serão julgadas já ocorre nas diversas unidades judiciais do Estado. Os direitos dos acusados ao contraditório e ampla defesa estão sendo respeitados. Para Mirella Freitas, juíza titular da 2ª Vara da comarca de Itapecuru-Mirim, o movimento, no entanto, tem a preocupação de não descuidar da necessária celeridade e rigor contra atos que visem, exclusivamente, o adiamento no julgamento dessas ações. Como primeiras medidas serão realizados seminários voltados à qualificação cada vez maior dos agentes do sistema de Justiça que atuam na investigação, processamento e julgamento de ações civis e/ou penais relativas à corrupção. O primeiro acontece de 02 a 04 de março na Esmam.

Presidente do TJMA recebe o líder da bancada maranhense no Congresso

No fim da manhã desta segunda-feira (22), o presidente do Tribunal de Justiça do Maranhão (TJMA), desembargador Cleones Cunha, recebeu a visita do deputado federal André Fufuca (PEN-MA), escolhido na última semana, como líder da bancada maranhense no Congresso Nacional. Também participou do encontro o desembargador Antônio Bayma Araújo. Já no início da reunião, o deputado federal André Fufuca colocou-se à disposição do Judiciário e mostrou-se simpático a discutir os problemas

enfrentados, que podem receber apoio da bancada do Maranhão. “Estamos à disposição, em Brasília, para atendê-los e trabalharmos pelo que for necessário em prol do nosso Estado”, disse o parlamentar. Indagado sobre as questões que poderiam ser trabalhadas com a bancada, o presidente da Corte apresentou duas preocupações: a obra do novo fórum de Imperatriz, que precisa ser terminada para atender às demandas da região; e a implantação efetiva e completa do Processo Judicial Eletrônico (PJE), no Judiciário maranhense.